

UGANDA E O ATO ANTI-HOMOSSEXUAL: A (IN)EFICÁCIA DAS SANÇÕES INTERNACIONAIS

**ANNA CLAUDIA GARGHETTI¹; ROBERTA MACIEL ORABE²; DANIEL DUARTE
FLORA CARVALHO³**

¹Universidade Federal de Pelotas – anna.garghetti@yahoo.com.br

²Universidade Federal de Pelotas – roberta.morabe@gmail.com

³Orientador: Universidade Federal de Pelotas – ddfcarvalho@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O Ato Anti-Homossexual aprovado pelo Parlamento de Uganda em fevereiro de 2014, foi alvo de críticas por parte da comunidade internacional por ser considerado como uma legislação violadora de direitos civis e humanos, ao proibir a homossexualidade. Os Estados Unidos da América (EUA) e o Banco Mundial impuseram sanções econômicas ao país nas áreas da saúde e militar, como forma de pressão política para que a lei fosse revogada. No entanto, os cortes de recursos financeiros destinados ao país se mostraram ineficazes; apesar de o Ato ter-se tornado inválido em agosto de mesmo ano, foi encaminhado ao parlamento outro projeto de lei com conteúdo similar ao antigo.

Partindo do princípio de que, sendo por questões religiosas ou por uma questão de tradição, a causa da “anti-homossexualidade” recebe apoio da maioria da população de Uganda (The Guardian. Online), tal suporte pode vir a ser essencial para que o país não se deixe afetar pelas medidas tomadas pela comunidade internacional, desconstruindo assim, a lógica de que as sanções são meios eficazes em atingir uma mudança de comportamento visto como inadequado perante outros países do globo. Ademais, deve-se considerar como um fator relevante para a ineficácia desse instrumento de constrangimento, a forma como tais sanções foram impostas ao país, comprovando que se aplicadas de outra maneira, poderiam vir a ser bem-sucedidas em seu objetivo final. Através da análise do apoio populacional ao Ato e de setores afetados pelas reduções de remessas financeiras, o trabalho propõe-se a comprovar a ineficácia de tal instrumento de pressão política em barrar ações que não condizem com os valores universais de garantia de direitos civis e humanos.

2. METODOLOGIA

Baseou-se em referenciais bibliográficos pertinentes ao tema, a partir da análise de documentos e notícias em periódicos nacionais e internacionais sobre a aprovação do Ato Anti-Homossexual, a fim de analisar a resposta da comunidade internacional e da população de Uganda às sanções impostas ao país, e qual a contribuição de tal suporte para a ineficácia desse instrumento de pressão política.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente pesquisa encontra-se em estágio de finalização em relação a seus objetivos traçados inicialmente. O Ato Anti-Homossexual de 2014 viola direitos e liberdades fundamentais garantidas pela Constituição de Uganda – liberdade de discurso e expressão, de pensamento e de associação – e por

tratados internacionais (JOHNSON, 2014. p. 1), recebendo assim, grandes críticas da comunidade internacional. David Bahati, idealizador da lei em 2009, a formulou como forma de robustecer a penalidade existente para homossexuais de 1950 (JOHNSON, 2014). Apesar de ter sido alvo de críticas pela Comissão de Assuntos Jurídicos e Parlamentares pela tentativa de aprovar a pena de morte, a voz do parlamento foi mais alta: em 2014 o Ato foi tornado lei pelo presidente Museveni. O Ato proíbe, além da relação entre duas pessoas do mesmo sexo, a associação de pessoas com homossexuais, dificultando a ação de ONGs que dão tratamento para pessoas com AIDS ou que realizam estes exames gratuitamente.

As críticas providas da comunidade internacional partem principalmente dos Estados Unidos, que, como forma de corroborar seu desagrado pela aprovação da lei, fez uso de sanções internacionais como tentativa de punição ao governo ugandense por ter aprovado a lei. Os escopos político e econômico são, normalmente, os mais utilizados pelos aplicadores de sanções, pois demonstram uma resposta mais efetiva (NOSSAL, 1989). As sanções utilizadas pelos Estados Unidos da América (EUA) e pelo Banco Mundial nas áreas da saúde e militar, tinham o objetivo de desestabilizar o governo e diminuir a popularidade de Museveni; no entanto, houve um aumento significativo da popularidade do presidente dentro do país (ALL AFRICA. Online.).

A aprovação do Ato recebeu apoio massivo da população, que vê a homossexualidade como um “mal a ser combatido” para tornar Uganda livre da “imoralidade”. Devido ao conservadorismo presente na sociedade, há uma tradição de não se falar abertamente sobre questões sexuais, independente de gênero; tornando o debate acerca de relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo algo inconcebível. Um fator a corroborar pela visão da homossexualidade como algo imoral foi a grande crise do HIV entre as décadas de 1980 e 1990, além da forma usada a para combatê-la: Museveni fez uso da política “Abstinence, Being Faithful, Using Condoms” (ABC) que tratava da contenção de relações sexuais com mais de um parceiro, antes do casamento e sem camisinha; grande parte da população associou a crise do HIV em Uganda aos homossexuais, pois eram vistos como pessoas promíscuas que possuíam mais de um parceiro sexual. O Ato foi visto como pela população como forma de prevenção da doença.

Mais importante que o governo, é o proeminente apoio da comunidade evangélica na tentativa de criminalizar relações entre pessoas do mesmo sexo. Os maiores pregadores evangélicos na África são dos Estados Unidos, que trazem ajuda para a comunidade em forma de doações, mas por trás disto fazem uso do discurso de ódio para acabar com a “imoralidade sexual”, atestando que homossexuais constituem uma ameaça real para qualquer sociedade “digna”.

Em resposta a estes setores, grupos representantes da minoria LGBT em Uganda empenharam-se para deslegitimar a incitação de ódio e intolerância, além de prover apoio jurídico às vítimas de perseguição em decorrência da aprovação do Ato. Ainda que a presença do movimento LGBT constitua um passo da direção da tolerância e respeito, sua presença ainda é muito constrangida pela legislação e pela falta de apoio político que a causa recebe.

4. CONCLUSÕES

O apoio recebido ao Ato – associado a questões religiosas e de tradição –, e a forma como foram aplicadas, tornaram-se fatores importantes para que as sanções não obtivessem o resultado desejado; considerando a quase inexistente

oposição à questão da “anti-homossexualidade”, a aprovação da lei somente contribuiu para o aumento da credibilidade do governo de Uganda perante sua população, que repudiaram as medidas tomadas pelos norte-americanos e pelo Banco Mundial.

Há a necessidade, portanto, de um maior empenho da comunidade internacional para que as sanções sejam bem sucedidas em promover a mudança de comportamento desejada, considerando sua ineficácia devido à relutância da própria população de Uganda em aceitá-las. Deve-se considerar, para tal fim, a existência de setores mais sensíveis às medidas de cortes de envio de recursos ao país, tendo em vista a resposta negativa ao serem destinadas a setores estatais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JJUUKO, Adrian. **The incremental approach: Uganda’s struggle for the decriminalisation of homosexuality**. Capítulo 14 in LENNOX, Corinne; WAITES, Matthew. *Human Rights, Sexual Orientation and Gender Identity in The Commonwealth: Struggles for Decriminalisation and Change*. London: School of Advanced Study, University of London, 2013

JOHNSON, Paul. **Making Unjust Law: The Parliament of Uganda and the Anti-Homosexuality Act 2014**. Oxford University Press, 2014

KAOMA, Kapya. **“RELEASE: Rev. Dr. Kapya Kaoma Applauds Obama Admin Sanctions on Anti-LGBTQ Ugandan Leaders”** Political Research Associates, 2014.

NOSSAL, Kim Richard. **International Sanctions as International Punishment International Organization**, Vol. 43, No. 2. The MIT Press, 1989

REGAN, Tristan. **Uganda’s Anti Homosexuality Act 2014**

RUKOOKO, Byaruhanga; SCHWENKE, Chloe. **A Threshold of Moral Tolerance: Accommodating LGBT Human Rights in Contemporary Uganda**. International Studies Association, 2012

SSEBAGGALA, Richard. **Straight Talk on the Gay Question in Uganda**. Indiana University Press, 2011

WILLIAMS, Roger **Gospel of Intolerance: U.S. Evangelicals Fund Uganda Antigay Movement** [Documentário] The New York Times, 2013

BBC NEWS. **Uganda court annuls anti-homosexuality law**. Online. Disponível em <<http://www.bbc.com/news/world-africa-28605400>>

Daily Monitor. **Calls to pass the anti-gays Bill dominate New Year messages**. Online. Disponível em <<http://www.monitor.co.ug/News/National/Calls-to-pass-the-anti-gays-Bill-dominate-New-Year-messages/-/688334/1655670/-/11vv8ob/-/index.html>>

Daily Monitor. **Why Museveni stood up to Obama on homosexuality.** Online. Disponível em <<http://www.monitor.co.ug/Magazines/PeoplePower/Why-Museveni-stood-up-to-Obama-on-homosexuality/-/689844/2226870/-/item/0/-/56gw6vz/-/index.html>>

Human Rights Watch. **Uganda: Same-sex Marriage Ban Deepens Repression.** Online. Disponível em <<https://www.hrw.org/news/2005/07/12/uganda-same-sex-marriage-ban-deepens-repression>>

ILGA (International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association). **State-sponsored homophobia.** Online. Disponível em <http://old.ilga.org/Statehomophobia/ILGA_State_Sponsored_Homophobia_2015.pdf>

Public Eye. **The Anti-Homosexuality Bill of 2009.** Online. Disponível em <<http://www.publiceye.org/publications/globalizing-the-culture-wars/pdf/uganda-bill-september-09.pdf>>

Revista Political Research Associates. **Globalizing the culture wars: U.S. conservatives, African churches and homophobia.** Online. Disponível em <<http://www.politicalresearch.org/2009/12/01/globalizing-the-culture-wars-u-s-conservatives-african-churches-homophobia/>>

Revista Political Research Associates. **RELEASE: Rev. Dr. Kapyia Kaoma Applauds Obama Admin Sanctions on Anti-LGBTQ Ugandan Leaders.** Online. Disponível em <<http://www.politicalresearch.org/2014/06/19/release-rev-dr-kapyia-kaoma-applauds-state-dept-sanctions-on-anti-lgbtq-ugandan-leaders/#sthash.HDjykmDk.DX1xvTts.dpuf>>

The Guardian. **Gay ugandans face new threat from anti-homosexuality law.** Online. Disponível em <<http://www.theguardian.com/world/2015/jan/06/sp-gay-ugandans-face-new-threat-from-anti-homosexuality-law>>

The White House. **Statement by NSC Spokesperson Caitlin Hayden on the Response to Uganda's Enactment of the Anti-Homosexuality Act.** Online. Disponível em <<https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2014/06/19/statement-nsc-spokesperson-caitlin-hayden-response-uganda-s-enactment-an>>

The White House Blog. **Promoting Regional Security and Protecting Human Rights in Uganda.** Online. Disponível em <<https://www.whitehouse.gov/blog/2014/03/24/promoting-regional-security-and-protecting-human-rights-uganda>>

US National Library of Medicine. **Was the "ABC" Approach (Abstinence, Being Faithful, Using Condoms) Responsible for Uganda's Decline in HIV?** Online. Disponível em <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1564179/>>